

Nota de Repúdio da Rede Latino Americana de Justiça de Transição

Nota de Repúdio da Rede Latino Americana de Justiça de Transição 27 de Abril de 2016 , 6:23

Nota da Rede Latino Americana de Justiça de Transição.

No último domingo (17), durante a sessão, na Câmara dos Deputados, que votava a admissibilidade do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) dedicou seu voto favorável ao afastamento da presidenta "pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff". Conhecido por suas declarações racistas, homofóbicas e em defesa da ditadura civil-militar de 1964, o deputado prestou homenagem a um torturador que chefiou a repressão política no Brasil, ofendeu a memória das vítimas da ditadura e, particularmente, ao se referir à presidenta, violentou todas e cada mulher, independente de sua nacionalidade.

A Secretaria-Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), sediada na UnB e na UFMG, demais membros da RLAJT, organizações e coletivos que subscrevem a presente nota repelem veementemente a declaração do deputado e consideram o seu conteúdo incompatível com um regime democrático. Ao dedicar o seu voto a Ustra, o deputado Jair Bolsonaro fez um discurso de ódio, em apologia à ditadura e ao uso da tortura, o que constitui um abuso e uma usurpação do direito à liberdade de expressão.

O ex-coronel Brilhante Ustra, homenageado na fala do deputado, comandou o DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, de 1970 a 1974, e foi responsável pela prática de inúmeros crimes contra a humanidade, como torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados. Ustra torturou mulheres que, como Dilma, lutaram para restabelecer a democracia no Brasil e que, por isso, tiveram seus corpos estuprados, eletrocutados, violados por objetos e por ratos. Em 2008, o ex-coronel foi declarado torturador pela justiça brasileira, em decisão confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça, em 2014. Réu em 6 (seis) ações penais do Ministério Público Federal, Ustra faleceu em outubro de 2015, sem ter respondido pelos crimes que cometeu.

Pelo compromisso com a democracia conquistada no Brasil e nos demais países da América Latina, que passaram por diversas ditaduras e rupturas institucionais no último século, as entidades abaixo-assinadas expressam o seu repúdio a esse discurso de ódio e esperam que sejam tomadas as medidas legais cabíveis contra o deputado. Na atuação em defesa dos direitos humanos e na luta por memória, verdade e justiça, não se transige nem se aceita que um discurso, como o do deputado, que legitima a violência praticada no passado e continuada no presente, tenha lugar em um espaço público democrático. Ditadura e tortura NUNCA MAIS!

Carta en repudio a la declaración del diputado brasileño Jair Bolsonaro

En la sesión del último domingo 17 de abril, cuando la Cámara de Diputados de Brasil decidió la admisibilidad de los procedimientos de juicio político (impeachment) contra la presidenta Dilma Rousseff, el diputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) dedicó su voto en favor de la destitución de la mandataria a la "memoria del coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, el terror de Dilma Rousseff". Conocido por sus declaraciones racistas, homofóbicas y en defensa de la dictadura cívico-militar de 1964, el diputado rindió homenaje a un torturador que dirigió la represión política en Brasil, ofendiendo la memoria de las víctimas y con su particular referencia a la presidenta violentando a todas las mujeres, independientemente de su nacionalidad.

La Secretaría Ejecutiva de la Red Latinoamericana de Justicia de Transición (RLAJT), con sede en la Universidad de Brasilia (UnB) y en la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG), otros miembros de RLAJT así como otras organizaciones que adhieren a este planteo repudian los dichos del diputado y consideran que su contenido es incompatible con un régimen democrático. Al dedicar su voto a Ustra, Bolsonaro produjo un discurso de odio, apologético de la dictadura y del uso de la tortura, lo que constituye un abuso y una usurpación del derecho a la libertad de expresión.

El ex coronel Ustra, reivindicado por el diputado, dirigió el DOI-CODI del II Ejército en São Paulo, entre 1970 y 1974. Fue responsable de numerosos crímenes contra la humanidad, incluyendo la tortura, las ejecuciones sumarias y las desapariciones forzadas. Ustra torturó mujeres que, como Dilma, han luchado para restaurar la democracia en Brasil. Los cuerpos de estas mujeres fueron violados, electrocutados y ultrajados con objetos y ratones. En 2008, los jueces brasileños condenaron al ex coronel por su responsabilidad en casos de tortura, una decisión que fue confirmada por el Supremo Tribunal de Justicia (STJ) en 2014. Acusado por seis (6) acciones criminales por el Ministerio Público Federal, Ustra murió en octubre de 2015 sin responder por los crímenes que cometió.

Por el compromiso con la democracia conquistada en Brasil y en otros países de Latinoamérica que han atravesado dictaduras y rupturas institucionales en el último siglo, las organizaciones abajo firmantes expresan su más amplio repudio a este discurso de odio y manifiestan la esperanza de que se apliquen acciones legales contra el diputado. La defensa de los derechos humanos así como la lucha por la memoria, la verdad y la justicia impide aceptar que un discurso como el del diputado -- que legitima la violencia del pasado y que continúa en el presente -- tenga lugar en el espacio público democrático.

Dictadura y tortura: ¡NUNCA MÁS!

Assinam:

Secretaria da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (UFMG/UNB) – Brasil

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça – Brasil

Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição (IDEJUST) – Brasil

Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CJT/UFMG) – Brasil

Núcleo de Preservação da Memória Política – Brasil

Memoria Abierta – Argentina

Comisión Mexicana de Defensa y Promoción de los Derechos Humanos A.C. (CMDPDH) – México

Observatorio de Justicia Transicional de la Universidad Diego Portales – Chile

Observatorio Latinoamericano para la Investigación en Política Criminal y en las Reformas en el Derecho Penal, Universidad de la República (OLAP) – Uruguay

Ambiente e Educação Interativa/ AMEDI – Brasil

Archivo Histórico de la Policía Nacional – Guatemala

Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba – Argentina

Artistas Intérpretes Sociedad de Gestión (AISGE) – Espanha

Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) – Brasil

Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-graduação (ANDHEP) – Brasil

Asociación Caminos para la Memoria – Peru

Asociación Civil Las Abejas – México

Asociación Latinoamericana de Medicina Social

Asociación por la Memoria y los Derechos Humanos Colonia Dignidad – Chile

Brasileiros Editora – Brasil

Casa do Povo – Brasil

Centro Cultural por la Memoria de Trelew – Argentina

Centro de Acción Legal en Derechos Humanos – Guatemala

Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de las Casas – México

Centro de Investigaciones Históricas de los Movimientos Sociales – México

Centro Memoria Paz y Reconciliación – Colombia

Clínica de Direitos Humanos PUC-SP "Maria Augusta Thomaz" – Brasil

Colectivo de actores del Audiovisual – Chile

Coletivo Aparecidos Políticos – Brasil

Coletivo Político Quem – Brasil

Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás – Brasil

Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) – Brasil

Comisión de Homenaje a las Víctimas de Vesubio y Protobanco – Argentina

Dirección de Verdad, Justicia y Reparación – Paraguay

Espacio para la Memoria Quica Salvia de Canelones – Uruguay

Estadio Nacional – Chile

Grupo Tortura Nunca Mais de Foz do Igarçu – Brasil

Historical Memory Project - Estados Unidos
Instituto Internacional de Aprendizaje para la Reconciliación Social - Guatemala
Instituto Outubro - Brasil
Memorial da Resistência - Brasil
Memorial para la Concordia - Guatemala
Museo de la Memoria (MUJEM) - Uruguai
Museo de la Memoria de Rosario - Argentina
Museo Memorial de la Resistencia Dominicana y Casa Museo Hermanas Mirabal - República Dominicana
Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília (NUDHUC) - Brasil
Núcleo de Direitos Humanos da PUC-PR - Brasil
Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (NCDH/UFPB) - Brasil
Paz y Esperanza - Peru
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (UFG) - Brasil
Red Latinoamericana de Sitios de Memoria - Brasil
SUR Clínica e Intervenção Social - Brasil
Antônio Pinheiro Salles - Jornalista, advogado, escritor e ex-presos político (Brasil)
Benjamin Cuellar - Membro afiliado da RLAJT (El Salvador)
Cath Collins - Professora na Ulster University (Reino Unido)
Cecília MacDowell Santos - Professora na University of San Francisco (Estados Unidos)
Cláudia Maria Sucena Maciel Machado - Empresária (Brasil)
Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Fº. - Presidente da Associação Brasileira de História das Religiões (Brasil)
Elma Duarte - Jornalista e Membro da Comissão da Verdade dos Jornalistas de Goiás (Brasil)
Fabio Konder Comparato - Jurista e Professor Emérito da Universidade de São Paulo (Brasil)
Francesca Lessa - Professora da University of Oxford (Reino Unido)
Iris Jave - Coordenadora do Instituto de Democracia e Direitos Humanos da PUC-Peru (Peru)
Jair Krischke - Presidente Movimento de Justiça e Direitos Humanos (Brasil)
Jo-Marie Burt - Professora na George Mason University e Assessora Principal da WOLA (EUA e Peru)
Katya Kozicki - Professora titular da PUC-Paraná (Brasil)
Laurenice Noleto Alves - Jornalista, Escritora e viúva de ex-presos político (Brasil)
Leonardo Isaac Yarochevsky - Advogado e Professor da PUC/Minas (Brasil)
Nina Schneider - Centro de Estudos Sobre o Sul Global (Global South Study Center, GSSC) (Alemanha)
Rebecca Atencio - Professora na Tulane University (Estados Unidos)
Rogerio Dultra dos Santos - Presidente da Comissão da Verdade em Niterói (Brasil)
Valeria Barbuto - Memoria Abierta (Argentina)
Vera Vital Brasil - Equipe Clínico Política Rio de Janeiro (Brasil)

[Enviar para impressão](#)